

PETIÇÃO N.º 260/XIV/2.^a

Solicita a alteração do regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho

RELATÓRIO FINAL

I – Nota prévia

A presente petição deu entrada no Parlamento a 28 de maio de 2021, sendo dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia da República. A 30 de junho, por despacho do Senhor Vice-Presidente da Assembleia, Deputado António Filipe, a petição foi remetida à Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), para apreciação, chegando ao seu conhecimento a 2 de julho desse ano. Foi igualmente atribuída competência por conexão à Comissão de Saúde.

A petição foi admitida pela Comissão de Trabalho e Segurança Social a 14 de julho de 2021, que deliberou igualmente a não nomeação do relator, resultando o relatório final da convolação da nota de admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º da Lei do Exercício do Direito de Petição (LEDP), aprovada pela Lei n.º 43/90, de 10 de agosto (na redação da Lei n.º 6/93, de 1 de março, da Lei n.º 15/2003, de 4 de junho, da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto, da Lei n.º 51/2017, de 13 de julho, que a republicou, e da Lei n.º 63/2020 de 29 de outubro).

De igual modo, não deixou a 10.^a Comissão de deliberar nesta mesma reunião a concessão da [audiência](#) demandada pela primeira peticionária, que teria lugar a 26 de outubro, no âmbito do Grupo de Trabalho - Audiências e Audição de Peticionários.

II – Da Petição

a) Exame da petição

O objeto desta petição está especificado e o texto é inteligível, o representante da primeira peticionária encontra-se corretamente identificado¹, sendo mencionado o seu nome completo, o endereço de correio eletrónico, a nacionalidade, a data de nascimento, a morada, o contacto telefónico, e ainda o número e a validade do documento de identificação, mostrando-se ainda genericamente cumpridos os demais requisitos formais e de tramitação constantes dos artigos 9.º e 17.º da LEDP.

Com efeito, satisfazendo-se o disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 17.º da Lei do Exercício do Direito de Petição, verifica-se não ter ocorrido nenhuma das causas legalmente previstas no artigo 12.º para o indeferimento liminar da presente petição, que cumpre os requisitos formais legalmente fixados nos n.ºs 2 e 5 do artigo 9.º, razão pela qual foi corretamente admitida.

Verifica-se terem ocorrido duas subscrições por adesão a esta petição durante o prazo de 30 dias sobre a data da sua admissão, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 17.º da mesma Lei, pelo que se mantém válida a deliberação da Comissão de não nomeação de relator, em conformidade com o disposto no n.º 5 do mesmo artigo.

Assim sendo, compete à Comissão de Trabalho e Segurança Social concluir a sua apreciação, através da outorga do presente relatório final, elaborado com base na respetiva nota de admissibilidade, e que é subscrito pelo Presidente da Comissão.

b) Objeto da petição

A presente petição começa por referir que a Associação Portuguesa de Empresas Externas de Medicina no Trabalho (APEMT) é uma associação empresarial de direito privado que promove a saúde enquanto recurso fundamental do indivíduo na comunidade, integrando à data da apresentação da petição 14 (catorze) associadas, todas sociedades comerciais que se dedicam à atividade de Segurança e Saúde no Trabalho. Na prossecução da sua atividade, a primeira peticionária considera que a

¹ Mais concretamente o seu supracitado Presidente, Pedro Miguel Carrilho Soares.

[Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro](#), que estabelece o «Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho», não está de acordo com a atual realidade laboral e empresarial.

Concretizando, refere-se que, não obstante a referida lei estabelecer, como regra, que a organização do serviço de saúde e segurança no trabalho deve adotar a modalidade de serviço interno, a maioria das entidades obrigadas à organização destes serviços, incluindo as estruturas empresariais de grande dimensão, não instituem serviços internos, nem tão pouco serviços comuns, recorrendo, ao invés, à contratação de serviços externos privados.

Refere ainda que a prestação destes serviços externos carece de instalações adequadas, de equipamentos, de utensílios próprios, de conhecimentos técnicos especiais e de disponibilidade material e humana, os quais muito dificilmente podem ser asseguradas por entidades não especializadas.

Por outro lado, denuncia-se que a mesma lei constitui, em muitos casos, um obstáculo ao desenvolvimento das atividades de segurança e saúde do trabalho, inviabilizando a correta e efetiva prestação destes serviços, exemplificando com o caso das sociedades comerciais e dos empresários em nome individual cuja atividade empresarial é apenas levada a cabo pelos respetivos gerentes ou pelos próprios empresários e que não estão obrigados a organizar serviços de segurança e saúde no trabalho. É igualmente defendida a aplicação de regras específicas aos pequenos estabelecimentos de retalho, com um reduzido número de trabalhadores a cargo.

A APEMT alerta ainda para o facto de a legislação aplicável responsabilizar o serviço externo de segurança pela violação de deveres que recaem primeiramente sobre o empregador, sendo que «quando o empregador opta por adotar a modalidade de serviço externo, não transfere aquela obrigação para o prestador de serviço».

Pretende assim a primeira peticionária a alteração da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, de modo a proceder à sua adequação à atual realidade laboral e

empresarial e ainda alteração das Portarias n.º 275/2010, de 19 de maio, n.º 255/2010, de 5 de maio, e n.º 55/2010, de 21 de janeiro, do Despacho n.º 11187/2014, de 11 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 108/2018, de 3 de dezembro.

Em anexo, a peticionária junta não só cópia da procuração outorgada à Sociedade de Advogados que aqui a representa, mas também do ato de constituição da Associação, e dos respetivos Estatutos, e ainda um conjunto de propostas de alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro e demais legislação conexa já elencada.

Face ao exposto, a Comissão de Trabalho e Segurança Social é de parecer:

- a) Que deve ser dado conhecimento da Petição n.º 260/XIV/2.^a e do presente relatório aos Grupos Parlamentares, Deputados Únicos Representantes de Partido e Deputadas não inscritas, bem como ao Governo, para consideração do exposto pelos peticionários;
- b) Que deve ser dado conhecimento à primeira peticionária do teor do presente relatório, nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 19.º da Lei do Exercício do Direito de Petição, após o que deve ter lugar o arquivamento da petição;
- c) Que deve o presente relatório ser enviado ao Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do n.º 12 do artigo 17.º da Lei de Exercício do Direito de Petição.

Palácio de São Bento, 2 de dezembro de 2021

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Roque